

10, 11 e 12 de novembro de 2025

POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP
PORTO - PORTUGAL

Mulheres e a Arquivologia no Brasil: gênero e o imaginário do pioneirismo sob uma perspectiva socio-histórica

Raquel Luise Pret, Universidade Federal Fluminense (UFF), ORCID 0000-0002-8130-1774, Brasil, raquelpret@id.uff.br

Carolina Gonçalves Alves, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), ORCID 0000-0003-2633-831X, Brasil, carolina.alves@fgv.br

Eixo: Gênero, Pós-Colonialismo e Multiculturalidade

1 Introdução

A Arquivologia, enquanto campo do conhecimento, é uma disciplina voltada à compreensão da gestão, organização e preservação dos documentos de arquivo ao longo do tempo, desempenhando um papel essencial na construção e manutenção da memória coletiva. No entanto, uma análise centrada exclusivamente nas relações socio-técnicas não é suficiente para compreender de forma plena a constituição histórica dessa área no Brasil.

Nesse contexto, compreender a presença das mulheres nos arquivos e na constituição da Arquivologia no Brasil exige uma abordagem interseccional que leve em consideração os silenciamentos históricos e institucionais das maiorias minorizadas. Desde a década de 1970, quando o campo arquivístico começou a se consolidar academicamente no país, a atuação feminina esteve presente, embora muitas vezes invisibilizada pelas narrativas oficiais.

Arquivos como o Arquivo Nacional, o Arquivo do Estado de São Paulo e o Sistema de Arquivos da Fundação Getúlio Vargas, apesar de fundamentais para o desenvolvimento da área, também reproduzem subjetividades e práticas

naturalizadas que precisam ser problematizadas. É preciso revisitar esses espaços a partir de uma perspectiva socio-histórica e crítica, que incorpore os estudos de gênero e os debates interseccionais, a fim de repensar o imaginário pioneiro e reconhecer a diversidade de trajetórias que compõem a história da Arquivologia brasileira.

É a partir dessas premissas que este trabalho se propõe a investigar o papel das mulheres na formação e no desenvolvimento da Arquivologia brasileira, com o objetivo de analisar criticamente o imaginário que as posiciona como protagonistas e pioneiras na constituição desse campo do conhecimento. A questão central que orienta a pesquisa é: como se construiu o imaginário de que as mulheres são as pioneiras na constituição da Arquivologia no Brasil? Essa pergunta inicial desdobra-se em uma indagação complementar igualmente relevante: esse imaginário de protagonismo feminino corresponde, de fato, à presença e à valorização das mulheres nas instituições arquivísticas brasileiras?

2 Referencial Teórico

Este estudo ancora-se em uma abordagem interseccional crítica e decolonial para compreender como as estruturas de poder — articuladas por gênero, raça e classe — moldam as trajetórias das mulheres no campo da Arquivologia brasileira e suas formas de resistência. Parte-se da premissa de que os arquivos não são espaços neutros, mas instituições que refletem e reproduzem desigualdades históricas, sociais e epistêmicas.

Portanto, utilizaremos o trabalho de Sueli Carneiro (2003), em sua obra *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. Léila Gonzalez (1987), em *A categoria político-cultural de amefricanidade*, também verte-se em uma importante referência. Rita Laura Segato (2014), em *La guerra contra las mujeres*, Ochy Curiel (2007), em *Crítica poscolonial desde América Latina: el enfoque decolonial y la interseccionalidad*, Yuderlys Espinosa Miñoso (2010), em *El feminismo descolonial: otra política del conocimiento*, Simone de Beauvoir (2009), em *O segundo sexo*, Michelle Perrot (2005), em *Os silêncios da história*, fazem parte da revisão de literatura dessa pesquisa. Essa literatura será cotejada com contribuições de autores brasileiros como Ana Célia Navarro de Andrade e Joilson da Silva Rangel, em “As mulheres e a arquivologia no Brasil: contribuições para a história de uma profissão feminina” (2018), além do trabalho de Marileide Dias Esquinsani, em “Arquivistas e gênero: uma análise da divisão sexual do trabalho na Arquivologia” (2015).

3 Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e analítico, com o objetivo de investigar como as estruturas de poder atravessam as trajetórias das mulheres na Arquivologia brasileira e suas formas de resistência. A metodologia está ancorada na revisão de literatura e na análise crítica de produções teóricas que dialogam com os estudos interseccionais, especialmente aqueles voltados às relações de gênero, raça e

classe no contexto das instituições arquivísticas.

Utilizamos como laboratório empírico o acervo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), organizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) pela sua importância enquanto arquivo histórico brasileiro e pelo uso dos princípios e métodos arquivísticos para tratamento e organização de todo acervo por quatro décadas. O acervo conta com 238 arquivos pessoais dos quais 18 titulares são mulheres e há apenas o arquivo de Almerinda Farias Gama, como expoente de mulher negra sufragista que lutou pela equidade em relação aos direitos políticos e civis das mulheres.

4 Resultados Parciais

A análise realizada permitiu identificar a relevante atuação de mulheres na formação, consolidação e expansão da Arquivologia como campo do conhecimento e de prática profissional no Brasil. Os dados evidenciam que, embora o protagonismo feminino frequentemente tenha sido subestimado nas narrativas historiográficas, ele é visível tanto nas ações institucionais quanto na produção intelectual e no associativismo profissional.

As obras da literatura arquivística que abordam a constituição do campo no Brasil frequentemente mencionam nomes como Nilza Teixeira, Helena Corrêa Machado, Marilena Leite Paes, Maria Odila Kahl Fonseca, Celina Vargas do Amaral Peixoto Moreira Franco, Heloísa Bellotto, Ana Maria Camargo e Ieda Pimenta Bernardes. Essas mulheres foram precursoras na aplicação de princípios e técnicas arquivísticas em instituições públicas e privadas, participaram ativamente da fundação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) e estiveram envolvidas na criação dos primeiros cursos de graduação em Arquivologia no país.

O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV), fundado em 1973, surge como outra instância significativa, sobretudo pela

atuação de Celina Vargas do Amaral Peixoto Moreira Franco, que aliou sua posição política estratégica a um compromisso técnico e intelectual com a Arquivologia. Sua posterior gestão no Arquivo Nacional (1981–1991) foi decisiva para a modernização da instituição, com apoio de profissionais como Maria Odila Kahl Fonseca, que introduziu métodos inspirados nas escolas arquivísticas francesa e americana.

Apesar da predominância masculina nos cargos de alto escalão ao longo das décadas, a presença feminina foi expressiva e transformadora. Após Celina Vargas, outras mulheres ocuparam a direção do Arquivo Nacional, ainda que muitas em caráter interino e por períodos curtos. Entre elas, destacam-se Tereza Maria Sussekund Rocha (1990–1991), Maria Alice Barroso (1991–1992), Maria Izabel de Oliveira (2016), Caroline Chaves de Azevedo (2019), e Neide de Sordi (2019–2022).

Um marco histórico recente foi a nomeação da historiadora e professora Ana Flávia Magalhães Pinto, em 2023, como a primeira mulher negra a assumir a direção do Arquivo Nacional. Atualmente, o Arquivo Nacional está sob a direção da professora Mônica Lima, também historiadora, cuja nomeação dá continuidade a um ciclo de gestões femininas com forte compromisso com a diversidade e a memória social. Essas sucessões representam avanços significativos no reconhecimento do papel das mulheres — e, de forma inédita, de mulheres negras — nas instâncias de poder arquivístico no Brasil, ao mesmo tempo que expõem os desafios históricos enfrentados por elas na ocupação desses espaços.

5 Considerações Parciais

A partir de uma abordagem qualitativa e fundamentada em referenciais teóricos interseccionais, o estudo revelou como os processos de invisibilização e de hierarquização dos saberes impactam a memória e a representatividade das mulheres na Arquivologia. A presença feminina em posições de destaque, embora significativa, ainda não se

traduz em uma ruptura total com os mecanismos de exclusão historicamente reproduzidos nos espaços de poder, inclusive dentro das instituições arquivísticas.

Concluimos que é imprescindível ampliar os estudos que articulam gênero, raça e classe no campo da Arquivologia, não apenas para reconhecer as contribuições históricas dessas mulheres, mas também para fomentar políticas e práticas arquivísticas comprometidas com a inclusão, a reparação e a democratização da memória nacional.

5 Referências

- Andrade, A. C. N., & Rangel, J. S. (2018). *As mulheres e a arquivologia no Brasil: contribuições para a história de uma profissão feminina*. Cadernos de História da Ciência, 14(1), 1–20.
- Beauvoir, S. de. (2009). *O segundo sexo* (Vols. 1–2). Difusão Europeia do Livro.
- Camargo, A. M. (1998). Os arquivos e seus documentos: novos e velhos suportes. *Arquivo & Administração*, 22(2), 44–53.
- Carneiro, S. (2003). *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Universidade de São Paulo.
- Castro, A. M. (2017). *Arquivos privados e a construção do conhecimento histórico: O caso do CPDOC/FGV*. FGV Editora.
- Curiel, O. (2007). Crítica poscolonial desde América Latina: el enfoque decolonial y la interseccionalidad. In B. C. Dávila (Ed.), *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala* (pp. 149–163). Ediciones Desde Abajo.
- Dammann, M. L., Corrêa, W. S., & Santos, M. dos. (1975). Necessidade do registro dos arquivos brasileiros. *Arquivo & Administração*, 1(1), 26–31.
- Espinosa Miñoso, Y. (2010). *El feminismo descolonial: otra política del conocimiento*. En la Frontera Editorial.

Esquinsani, M. D. (2018). Arquivistas e gênero: reflexões sobre a atuação das mulheres na Arquivologia. *Revista do Arquivo*, 5(1), 45–60.

Fonseca, M. O. K. (1998). A informação e as instituições arquivísticas. *Arquivo & Administração*, 22(1), 20–28.

Gomes, F. A. (2011). *O lugar dos arquivos: uma história da Arquivologia no Brasil*. EDUFBA.

González, L. (1987). *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. In L. G. dos Santos (Ed.), *Primavera para as rosas negras* (pp. 77–90). Zahar.

Jardim, J. M., & Fonseca, M. O. K. (1999). A construção da Arquivologia no Brasil. *Cadernos de Arquivo*, 4(1), 23–42.

Machado, H. C., & Monteiro, N. G. (1986). A organização dos arquivos universitários. *Arquivo & Administração*, 10(1), 15–22.

Melo e Silva, M. C. S. (1998). A segurança em arquivos. *Arquivo & Administração*, 22(1), 29–35.

Paes, M. L. (1998). A importância da gestão de documentos para os serviços públicos federais. *Arquivo & Administração*, 22(2), 34–43.

Perrot, M. (2005). *Minha história das mulheres*. UNESP.

Segato, R. L. (2014). *La guerra contra las mujeres*. Traficantes de Sueños.

Silva, M. L. P. (2013). *Arquivologia: ensino, pesquisa e prática*. EDUFBA.

Vargas, C. V. A. P. M. F. (1975). O sistema de arquivos da Fundação Getúlio Vargas. *Arquivo & Administração*, 1(1), 10–19.

Vasconcelos, M. M. (1975). O Arquivo Público do Sergipe. *Arquivo & Administração*, 1(1), 20–25.